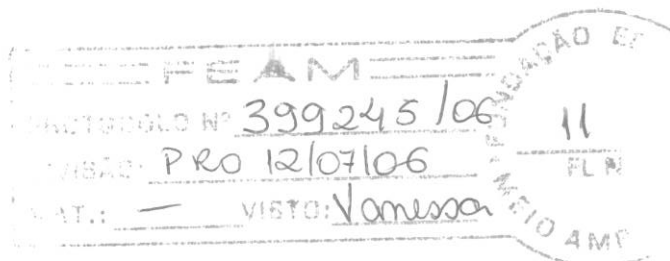


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Processo nº 5004/2006/001/2006

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 3028/2005

Apresentado por *Universidade Antônio Carlos-UNIPAC*

PARECER JURÍDICO

I) Relatório:

1 – A Universidade Antônio Carlos-UNIPAC, foi autuada como incurso no item 2 do § 1º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade:

"deixar de atender a convocação para Licenciamento Corretivo feito por meio do ofício DIURB 293/2005 de 25/08/2005", infração tipificada como leve.

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Consoante verificado às fls. 04, o Auto de Infração foi enviado através do ofício OF.DIURB Nº 341/05, tendo sido recebido em 23/11/2005, consoante demonstra o Aviso de Recebimento.

Nos termos do artigo 25 do Decreto nº 39.424/98, a Defesa deveria ter sido apresentada até o dia 13/12/2005, ou seja, no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do Auto de Infração.

Entretanto, a mesma somente foi protocolizada em 27/12/2005, portanto fora do prazo legal. Desta feita, uma vez que os prazos são fatais e peremptórios, considera-se que a Defesa é intempestiva, razão pela qual não merece ser analisada.



feam

2

II) Conclusão:

Isto posto, diante da ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos à Diretoria de Infra-Estrutura e Monitoramento, sugerindo a aplicação de **01 (uma) penalidade de advertência** para que a empresa possa sanar as irregularidades constatadas, formalizando sua LOC, no prazo de até 90 (noventa) dias, conforme disposto na Deliberação Normativa COPAM nº 61/02, prazo este a ser fixado pela autoridade julgadora, sob pena de conversão da advertência em penalidade de multa, no valor de **R\$ 2.129,26**, nos termos do artigo 1º, inciso I, alínea "c" (infração leve, empreendimento de grande porte), c/c com o artigo 2º, § 1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.

É o parecer, s.m.j

Belo Horizonte, 12 de julho de 2006.


Angélica de Araújo Oliveira
Consultora Jurídica
OAB/MG 94.081